



As intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados. O caso de Portugal.

SCHLEE, Andrey de Aspiazu¹
MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida²

¹Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável pela Universidade de Brasília. aspiazuandrey@gmail.com

²Professora Doutora da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. ana@unb.br

Resumo

O artigo instiga o leitor a refletir sobre intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados. Se no Brasil pode ser constatada certa dificuldade na aceitação dessas intervenções, em outros lugares é possível encontrar exemplos a serem considerados. No cenário internacional, Portugal se revela um objeto de estudo em potencial. De que maneira os portugueses têm alcançado qualidade reconhecida em suas intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados? As intervenções têm contribuído com a sustentabilidade de tais bens? Para responder a essas questões, o artigo se divide em introdução, conceitos de cultura e patrimônio, referencial teórico, estudos de caso e conclusões. No referencial teórico exploramos os termos “cultura” e “patrimônio”, bem como recuperamos a “Teoria do valor dos monumentos” de Alois Riegl. Tais conceitos e teoria serão retrabalhados e contextualizados em três estudos de caso, todos localizados na cidade do Porto, Portugal. O primeiro, considera a escala urbana, e analisa a intervenção ocorrida na Ribeira, junto às margens do Rio Douro. O segundo, trabalha entre o urbano e o edificado, estudando a Praça Lisboa, localizada no entorno imediato da Igreja dos Clérigos. Por fim, o terceiro estudo de caso explora o novo edifício da fundação Serralves, uma intervenção afastada da cidade, mas junto a jardim e residência-museu. Por fim, as conclusões apontam para o fato de que os portugueses têm alcançado grande qualidade em suas intervenções contemporâneas, sempre agregando novos valores aos espaços ou edifícios já patrimonializados, o porto, a igreja, a fundação.

Palavras-Chave: Intervenções Contemporâneas, Patrimônio Cultural, Sustentabilidade, Portugal.

Abstract

This article instigates to reflect upon contemporary interventions in cultural goods with a heritage status. If in Brazil, some resistance can be found in accepting these interventions, in other places it is possible to find examples that are worth of consideration. Internationally, Portugal reveals itself as a potential subject of study. In which way the Portuguese have been achieving the recognized quality in their contemporary heritage interventions in cultural goods? Have the interventions contributed to its sustainability? To answer these questions, the article is divided in introduction, theoretical framework, case studies and conclusion. In the theoretical framework, the terms “culture” and “heritage” are explored altogether with the exploration of the theory “The Modern Cult of Monuments” by Alois Riegl. The concepts and theory are then reworked and contextualised in the case studies, all of them located in the city of Porto, Portugal. The first considers the urban scale and analyses the intervention done in the Ribeira, alongside the river D’ouro banks. The second, works between the urban and the built heritage, studying Lisboa Square, located in the immediate surroundings of Cléricos’ Church. Finally, the third case study explores the new building of the Serralves Foundation, an intervention distant from the city, but by the garden and museum-residence. In the end, the conclusions point to the fact that the Portuguese have been achieving high quality in their contemporary interventions, always adding new values to the spaces or buildings that already have heritage status, the port, the church and the Serralves Foundation.

Key-Words: Contemporary Interventions, Cultural Heritage, Portugal.

1. Introdução

Nossa proposta prevê a inserção de um novo elemento que transforma o lugar, sem descaracterizar ou confundir-se com o patrimônio existente. Desta sobreposição deverá surgir a nova Frente: cidade aberta; local de confluência para habitantes e visitantes; para a cidade e as águas. Este novo elemento incrementa a superfície plana na ribeira e cria uma ampla sequência de espaços públicos que, integrada ao já existente circuito animado da cidade, potencializa a oferta de lazer e cultura, particularmente para as artes de rua (MORETTIN ARQUITETOS, 2007, s.p).

Por meio da leitura do texto acima reproduzido, é possível perceber como o escritório brasileiro Andrade Morettin Arquitetos concebeu a intervenção premiada em primeiro lugar para a revitalização da Frente da Ribeira da cidade do Porto, Portugal. Também é possível compreender o sentido que, no presente artigo, damos para a expressão “intervenção contemporânea”, ou seja, aquela que em função da técnica construtiva adotada, dos materiais empregados e da linguagem arquitetônica adotada, explícita e explora a diferença entre a pré-existência (o bem patrimonializado) e o projeto contemporâneo (a nova proposta). Se “**intervenção**” significa o **ato ou efeito de intervir** e indica uma **intercessão** ou **mediação** em alguma situação adversa, como por exemplo a decadência física de uma área urbana ou o péssimo estado de conservação de um bem; se, no campo artístico, uma “intervenção” é uma manifestação que pretende causar alguma modificação por meio da arte, então é possível falar em “intervenção contemporânea” como aquela que busca modificar uma situação utilizando elementos objetivos do presente e que incentiva a reflexão subjetiva sobre a obra (e o passado).

Lisboa, Porto, Braga, Évora, Sintra, Coimbra são exemplos de cidades portuguesas cujos antigos centros históricos passaram por imensas transformações urbanas. Após enfrentar grande crise econômica entre 2010 e 2014, o que provocou degradações sucessivas de suas principais áreas urbanas, Portugal percebeu que precisava incentivar novas intervenções de revitalização. Foram promovidas políticas públicas e realizados investimentos privados para transformar o país em um importante polo tecnológico e turístico.

Nos últimos anos, o turismo na cidade do Porto aumentou 15%, isso porque o governo tem investido na recuperação de edifícios abandonados e de grandes áreas industriais decadentes. Esses sítios, antes deteriorados, foram requalificados transformando-se em moradias populares e espaços de criação e de tecnologia.

As intervenções contemporâneas são muito debatidas, pois sempre há quem discorde ou concorde com elas. No Brasil, tal tema sempre foi objeto de ampla discussão, como ocorreu nos casos do Grande Hotel de Ouro Preto (Oscar Niemeyer), da Caixa d'Água de Olinda (Luís Nunes), do Sesc Pompéia (Lina Bo Bardi) ou da Pinacoteca de São Paulo (Paulo Mendes da Rocha).

Em junho de 2017, tivemos a oportunidade de viajar para Porto, em Portugal, e participar do 4º Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal. A viagem foi de fundamental importância, pois ficou evidente o motivo de Portugal ser o segundo maior país a receber turistas de toda a Europa: a qualidade das intervenções contemporâneas em seus centros históricos, nos monumentos isolados e na malha viária, além dos investimentos na criação de rotas turísticas. A forma com que os portugueses tratam esses aspectos, junto aos debates do Fórum sobre Patrimônio Edificado, a sua manutenção, reabilitação e dinamização como criação do processo de valor, nos incentivaram a escrever o presente artigo.

Durante a viagem foram visitados a cidade do Porto, a freguesia de Felgueiras e a Rota do Românico (rota turística que passa por igrejas, mosteiros, pontes, castelos e que têm em comum a arquitetura românica). Em cada um desses lugares, podemos observar edificações antigas com intervenções contemporâneas de muito respeito para com o bem pré-existente. Foi bonito perceber como cidades

pequenas (quase vilas) utilizam a possibilidade de novas intervenções de forma a trazer vida para regiões desvalorizadas, enquanto no Brasil, quase sempre, deixamos o bem se deteriorar a ponto de perde-lo.

Assim, o artigo instiga o leitor a refletir sobre o papel de intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados. Se, no Brasil, pode ser constatada certa dificuldade na aceitação dessas intervenções, no cenário internacional, Portugal se revela um objeto de estudo em potencial. De que maneira os portugueses têm alcançado qualidade reconhecida em suas intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados? As intervenções têm contribuído com a sustentabilidade de tais bens?

Para responder a essas questões, o artigo se divide em introdução, referencial teórico, estudos de caso e conclusões. No referencial teórico exploramos os termos “cultura” e “patrimônio”, bem como recuperamos a “teoria do valor dos monumentos” de Alois Riegl. Tais conceitos e teoria serão retrabalhados e contextualizados em três estudos de caso, todos localizados na cidade do Porto, Portugal. O primeiro, considera a escala urbana, e analisa a intervenção ocorrida na Ribeira, junto às margens do Rio Douro. O segundo, trabalha entre o urbano e o edificado, estudando a Praça Lisboa, localizada no entorno imediato da Igreja dos Clérigos. Por fim, o terceiro estudo de caso explora o novo edifício da fundação Serralves, uma intervenção afastada do centro da cidade, mas junto a jardim e residência-museu.

2. Cultura e Patrimônio

Inicialmente é importante compreender dois termos: cultura e patrimônio. Como fica claro na leitura de Schlee (SCHLEE, MEDEIROS, & FERREIRA, 2009), para a existência de vida em sociedade, antes é necessário um espaço geográfico ou natural; uma determinada população interagindo neste mesmo espaço; e a produção dos meios de subsistência feita por essa mesma população. O resultado desse processo chama-se cultura. O produto gerado, tem total influência do meio em que foi produzido, e o acúmulo de conhecimentos específicos capazes de serem transmitidos para outras pessoas também passa a ser um exemplo de cultura dessa sociedade.

O fazer cultural pode ser compreendido desde a utilização dos elementos naturais acessíveis, que podem ser incorporados à atividade econômica do homem; a forma direta ou indiretamente que permite transformar a matéria prima em um bem e os meios de produção, o fazer. Então, todo o processo de produção de um artefato deve ser considerado como parte da cultura de uma sociedade.

Assim, pode-se concluir que cultura é todo esse movimento de transmissão, reformulação e criação que o homem faz para existir. Esse produto é seu legado cultural.

Ilustração 1: Esquema ilustrativo do Conceito de Cultura e Patrimônio.



Fonte: Schlee, Medeiros e Ferreira (2009)

Por sua vez, “patrimônio” é aquilo que recebemos de “nossos pais”, ou seja, o que uma geração transmite e deixa para outra. Etimologicamente patrimônio vem do latim, *patrimonium*, e significa bens da família, herança. O Patrimônio Cultural é uma expressão dos modos de vida desenvolvidos por uma comunidade e transmitidos de geração em geração, incluindo costumes, práticas, lugares, objetos, expressões artísticas e valores (CHOAY, 2011).

O Patrimônio Cultural é muitas vezes expresso como “material ou imaterial” – tangível ou intangível (KHANACADEMY, 2018). Pode ser dividido em: construções (edifícios, paisagens urbanas, sítios arqueológicos), ambiente natural (paisagens rurais, costas litorâneas, sistemas agrícolas) e artefatos (livros, objetos, documentos, imagens). O patrimônio imaterial inclui valores, tradições, histórias orais. Popularmente isso é percebido através de culinária, roupas, habilidades e tecnologias tradicionais, cerimônias religiosas, artes cênicas, narrativas (SCHLEE, MEDEIROS, & FERREIRA, 2009).

No âmbito internacional, foi logo após a Revolução Francesa e com a conseqüente transformação da monarquia em Estado que se organizou o sistema de proteção e se apurou o conceito de Patrimônio Nacional. Françoise Choay, historiadora francesa, reuniu documentos que permitem compreender como emergiu e se desenvolveu a preocupação pela preservação dos monumentos na Europa (CHOAY, 2001).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi criado em 13 de janeiro de 1937 pelo presidente Getúlio Vargas. Segundo o arquiteto Luiz Fernando de Almeida, antigo presidente do órgão, “a criação do Instituto, de forma distinta das experiências internacionais, não estava ligada a saudosismo ou ao culto do passado: ela foi obra dos intelectuais modernistas que propunham a valorização do país, da cultura e da arte brasileira, nas suas vertentes eruditas e populares” (TORELLY, 2012, p. 7).

Desde 1937 até dezembro de 2018 o Iphan acautelou, via tombamento, 1265 bens; registrou 44 bens imateriais; cadastrou cerca de 25 mil sítios arqueológicos e inventariou 4 línguas como patrimônio nacional. Trata-se apenas de uma representação do imenso, diverso e real patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2018).

Devemos preservar nosso patrimônio para reforçar nossa identidade e memória, pois a proteção dos bens culturais gera um processo de identificação entre determinada sociedade e determinado patrimônio, que passa a se perceber como distinta de outra.

Cabe ao Iphan fazer a identificação, o reconhecimento (proteção), a normatização (estabelecimento de critérios de intervenção), a fiscalização, a autorização (para as intervenções), a manutenção (manter em bom funcionamento e uso a edificação, quando necessário), a conservação (conjunto de ações destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem cultural, quando necessário), renovação ou adaptação (dar novas condições de habitabilidade a um monumento, quando necessário), e as intervenções complementares ou paralelas (manter o monumento em uso) (IPHAN, 2018).

Por meio de uma série de processos, o Iphan reconhece formalmente aqueles bens referenciais para determinadas comunidades e os protege em função de sua importância ou relevância nacional. O principal instrumento de proteção do patrimônio material adotado no Brasil é o “tombamento” (inscrição do bem em um dos quatro livros do tomo estabelecidos pelo Decreto-lei nº25 de 1937). Embora o instrumento jurídico do tombamento seja de 1937, o que lhe mantém sempre atualizado foi a sua opção de trabalhar com “valores” e não com “tipologias de bens”. Ou seja, ao instruir um processo de tombamento, cabe ao Iphan identificar quais valores deverão ser preservados e a partir daí inscrever o bem em, pelo menos um, dos livros: (1) histórico, (2) belas artes, (3) etnográfico, paisagístico ou

arqueológico, e (4) artes aplicadas. Sendo assim, novos valores sempre poderão ser considerados, atribuídos e preservados. Temática que, desde o começo do século XX vem sendo atualizada, mas sempre a partir dos ensinamentos de Alois Riegl.

3. Alois Riegl e a “teoria do valor dos monumentos”

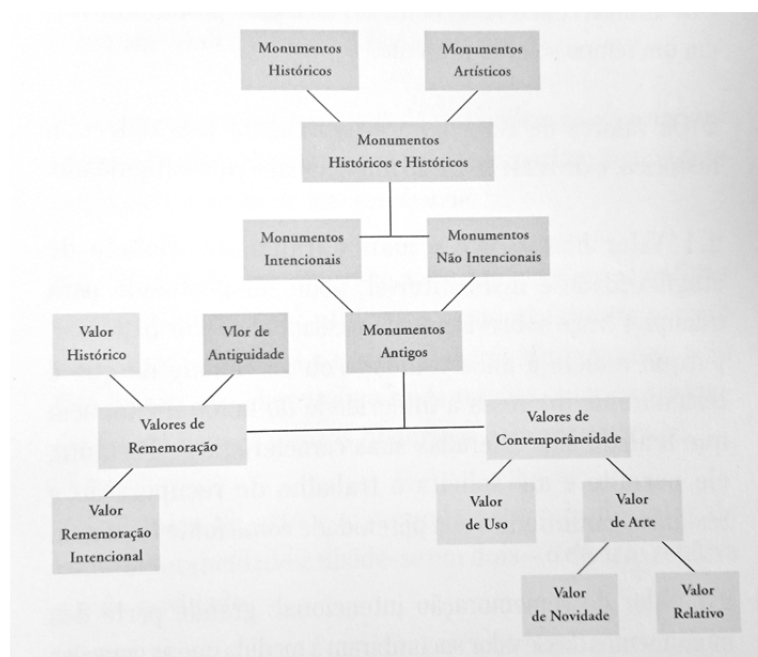
Escrito em 1903 pelo historiador da arte vienense Alois Riegl, a obra “O culto moderno dos monumentos: sua essência e gênese” tem muita importância sobre as questões de reconhecimento dos monumentos históricos, já que representa um “conjunto de reflexões destinadas a fundar uma prática, a motivar as tomadas de decisão, a sustentar a política” (CUNHA, 2006).

Riegl durante onze anos trabalhou como curador do Museu de Artes Aplicadas de Viena. Depois, tornou-se professor na Universidade de Viena, onde fundou a Escola Vienense de História da Arte. Em 1902 foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria e, por ela, encarregado de empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos.

Sua principal obra, “O culto moderno dos monumentos”, pode ser encarada como o desenvolvimento da “teoria do valor” ou “dos valores” dos monumentos. Foi organizada em três capítulos. No primeiro, trata dos valores monumentais e sua evolução histórica; no segundo, considera os valores de rememoração na sua relação com o culto dos monumentos; e, no último, explora os valores de contemporaneidade (RIEGL, 2006).

Riegl parte do princípio que o “monumento” é uma criação humana e que todo o monumento histórico é, ao mesmo tempo, artístico e vice-versa, ou seja, todo monumento artístico também é histórico. Ele explica que os valores de rememoração abrangem três outros: o histórico, o de rememoração intencional (ou propriamente dito) e o de antiguidade. O autor ainda afirma que os valores de contemporaneidade respondem às expectativas do espírito tal qual a obra é nova e se comportam em duas outras categorias: o valor de uso e o de arte. E por fim, o valor de arte que se divide em relativo e de novidade. O que pode ser demonstrado por meio do esquema elaborado por Elane Ribeiro Peixoto (RIEGL, 2006, p. 37):

Ilustração 2: Teoria do valor dos monumentos segundo Riegl.



Fonte: Elane Ribeiro Peixoto (RIEGL, 2006)

Em *O Culto Moderno dos Monumentos*, podemos diferenciar os tipos de valor defendidos por Riegl. Inicialmente, o monumento histórico é para ele uma criação da sociedade moderna, um movimento histórico com tempo e espaço. Após um período em que não se conhecia os monumentos intencionais, a partir do século XV, na Itália, as obras da antiguidade começaram a ganhar valores por suas características artísticas e históricas, não mais apenas por serem símbolos ou memoriais de grandes civilizações. Assim é a partir dessa mudança que surge o Valor Histórico, por ele considerado como o mais abrangente.

Dotado de singularidade e insubstituível, pode ser postulado para qualquer traço sobrevivente do passado. Ao valor histórico, porque remete a ancestralidade ou ao cânone de que é testemunha, interessa integridade do monumento, sem que tenham sido alteradas suas características. Portanto, ele permite e até solicita o trabalho de recuperação e restauro, garantindo a sua perenidade como fonte histórica. (RIEGL, 2006, p. 38).

Ele ainda afirma que “A noção de desenvolvimento é precisamente o centro de toda concepção moderna de história” (RIEGL, 1984, p.37). Essa noção de desenvolvimento ou evolução é fundamental no pensamento de Riegl, caracterizando sua abordagem em relação às artes de diferentes períodos e, conseqüentemente, estendida aos monumentos. Para o historiador, a ideia de evolução, surgida na metade do século XIX confere direito de existência histórica a toda e qualquer corrente artística, inclusive as não clássicas (RIEGL, 1995, p.143), corrompendo dessa forma com as concepções dogmáticas que apresentavam a sucessão dos estilos artísticos como uma alternância entre florescências e decadências.

Nesse sentido, para Riegl não existe um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo, desde que, no início do século XX, a crença na inexistência de uma regra artística ou de um ideal artístico objetivo e absoluto paulatinamente se impôs à antiga tese de que havia uma regra. Em consequência disso, o Valor de Arte Relativa:

Deverá variar segundo o ponto de vista que cada um adote. Segundo a concepção antiga, uma obra de arte possuía um valor artístico na medida em que ela respondesse as exigências de uma estética supostamente objetiva, mas não sucedeu nesses dias dar lugar a alguma formulação incontestável. Segundo a concepção moderna, o valor de arte de um monumento se mede pela maneira com que ele satisfaça as exigências da vontade artística moderna (RIEGL, 1984, p.41)

No segundo capítulo do livro, Riegl trata especificamente dos valores de rememoração que se dividem em valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional, sendo que:

Grande parte dos monumentos desse valor sucumbiram à medida que gerações posteriores se distanciaram daquelas que os haviam faturado, principalmente quando o interesse pela preservação ainda não existia de forma abrangente. Somente com o passar do tempo e com a evolução desse valor intencional (especialmente a sua inclusão no valor histórico), o propósito de sua preservação frente a força do tempo – a restauração – consolidou-se (RIEGL, 2006, p. 38).

O valor de antiguidade para Riegl revela-se imediatamente, ao primeiro contato, com uma obra na qual fica claro seu aspecto não-moderno, isto é, tal valor surge do contraste, da diferença, que pode ser percebida não apenas pelas classes mais instruídas ou cultivadas, mas inclusive pelas massas. E é esse apelo às massas, presente no valor de antiguidade, que fez com que o historiador acreditasse em sua ascendência no nascente século XX, onde passava a predominar uma cultura de massas. Assim, para o autor, o valor de antiguidade:

É definido como aquele de maior poder de sensibilização para a massa e o público culto, pois as marcas do tempo provocam sentimentos de piedade em relação aos velhos edifícios e objetos, e indicam, antes de qualquer valor, o sentimento da passagem do tempo. Nesse sentido, pretende ser universal sobrepondo-se ao valor histórico, que repousa sobre um fundamento científico-documental (RIEGL, 2006, p. 39).

Já os Valores de contemporaneidade respondem às expectativas do espírito tal qual a obra nova. Esses comportam duas outras categorias: o valor de uso e o de arte. Nesse contexto, o Valor de uso refere-se aos edifícios e obras antigas que continuam a ser utilizados e que não devem colocar em risco a vida daqueles a quem abrigam. Muitas vezes, pelo fato de uso, demandam restaurações, adaptações que conflitam com os valores históricos e de antiguidade (RIEGL, 2006, p. 39). O Valor de Arte Relativa por sua vez:

Em sintonia com a sua época, descrê dos cânones absolutos na concepção da obra de arte, que prevaleceram até meados do século XIX, na tradição de Wincklemann expressa em seu livro História da arte antiga, escrito em 1764. Pode-se, então, admitir que haja nas obras de arte um valor relativo, relacionado ao tempo, às crenças e aos valores da época em que foram realizadas. A admissão desse valor também explica por que, muitas vezes, preferimos obras antigas às modernas. Tal se dá pelo fato de que respondem de maneira surpreendente ao nosso querer artístico (ou vontade de arte) moderno (RIEGL, 2006, p. 40).

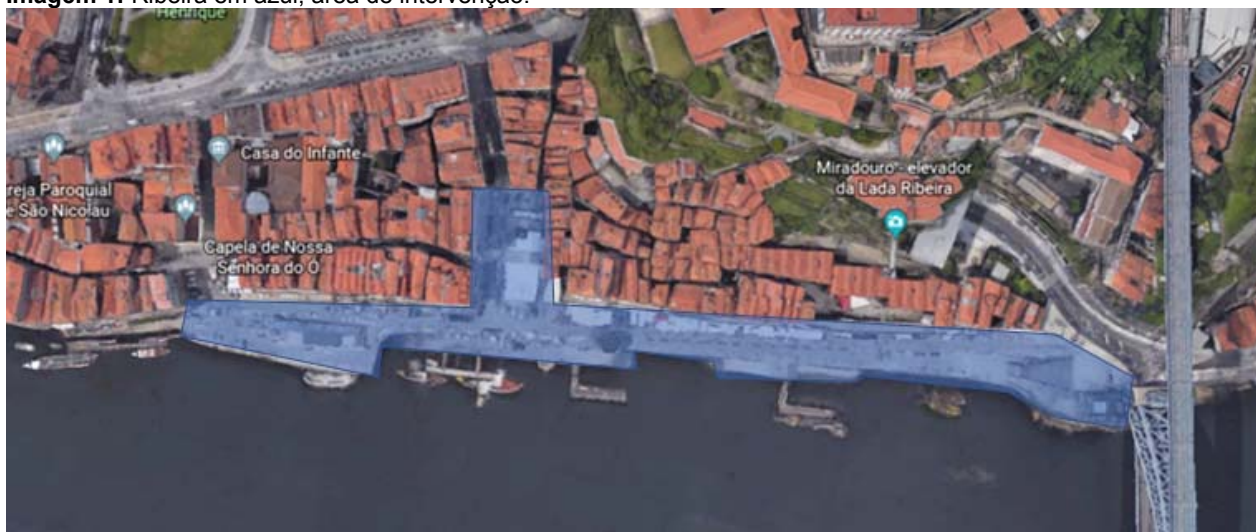
Entre todos, finalmente Riegl explora o Valor de Novidade como aquele que está relacionado à forma, cores e integridade dos objetos, qualidades presentes nos monumentos e mais acessíveis ao grande público, encontra no valor de antiguidade seu mais ferrenho opositor, que esse propõe a uma atitude de não interferência no destino do monumento (RIEGL, 2006, p. 40).

O conjunto de explicações e citações acima reproduzidas, a que chamamos de “teoria do valor dos monumentos” de Alois Riegl, serão resgatadas ao longo das análises dos estudos de caso, intervenções portuguesas contemporâneas em bens patrimonializados, entendido primeiramente, o conceito de patrimonialização.

4. Estudos de Caso

1.1 Ribeira - Porto, Portugal.

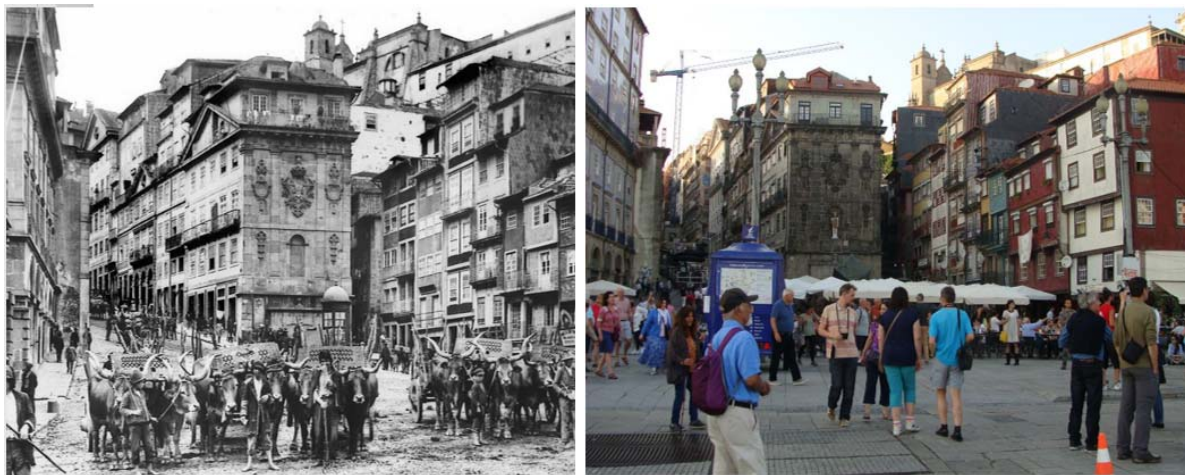
Imagem 1: Ribeira em azul, área de intervenção.



Fonte: Google Earth, com alterações dos autores. (2018)

A Ribeira é um dos lugares mais antigos da cidade do Porto. De origem medieval, sempre foi um local de muito movimento de pessoas e de intenso comércio devido ao Rio Douro. Fazem parte da Ribeira, a Praça da Ribeira, mais conhecida como Praça do Cubo (imagens 2 e 3); a Rua da Fonte Taurina, uma das mais antigas da cidade; o muro dos bacalhoeiros e a Casa do Infante. O movimento da região foi alto até o século XIX quando houve a mudança da vida portuária da cidade. O núcleo social, econômico e político mudou para a Praça Nova, localizada longe da Ribeira, e com isso as empresas, seguradoras, bancos e famílias ricas começaram a se mudar para a nova região.

Imagem 2 e Imagem 3: Foto antiga da Praça Cubo e foto atual da Praça Cubo.



Fonte: Google (2018) e Andrey Aspiazu (2016)

Além disso, foi construído o porto de Leixões, conduzindo a zona a uma gradual decadência e degradação. No entanto, em 1970 foi criado o Comissariado para a Renovação Urbana da área da Ribeira (CRUARB) que tinha um ambicioso plano: a conservação do patrimônio e dos bens culturais; a renovação do ambiente urbano da área; a reinserção da população residente; a consolidação e desenvolvimento do turismo; e a expansão e renovação da atividade comercial.

No início, o trabalho do Comissariado deu resultados bastante positivos, conseguindo, entre outras realizações, a inscrição do Centro Histórico da Cidade do Porto na lista do Patrimônio Mundial da Unesco (1991). Porém, depois, a Presidência e a Câmara Municipal do Porto começaram a cobrar retorno financeiro dos investimentos realizados em algumas edificações. Como grande parte dos residentes possuía baixo poder aquisitivo, não tinha capital para assumir quaisquer responsabilidades pela manutenção das intervenções realizadas. Outro problema foi a falta de participação dos proprietários das zonas que sofreram intervenções na tomada de decisões, o que inviabilizou um efeito multiplicador do esforço realizado e acabou levando à extinção do CRUARB em 2003.

Segundo a Sociedade Urbana da Cidade do Porto, logo é criada a entidade Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto, entidade anônima de capitais públicos que tem como missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Cidade do Porto. Em 2007, o presidente do Porto Vivo lançou o concurso internacional para a melhora de toda orla.

O escritório brasileiro Andrade Morettin Arquitetos Associados venceu o concurso trazendo a inserção de uma infraestrutura que, sem descaracterizar ou confundir-se com o patrimônio existente, conecta vários espaços públicos potencializando a oferta de lazer e cultura. Essa infraestrutura transformou a orla em uma esplanada acomodando-se à topografia acidentada do vale por meio de escadas rolantes; elevadores; rampas; cais flutuantes, interligando praças e passeios públicos já existentes. Esta

estrutura é também responsável por novas redes de comunicações, distribuição de gás natural além da criação de rede coletora para águas residuais e seu tratamento. Somente uma parte do projeto foi construída e só trouxe benefícios para a cidade, pois o centro histórico vive lotado de moradores e turistas. Lojas, bares, restaurantes e livrarias voltaram a abrir suas portas (PORTAL VITRUVIUS, 2008).

Para que o cidadão português entendesse a importância da região e passasse a valorizá-la, nas escolas e faculdades, foi criado o projeto “O meu Porto é Patrimônio Mundial”. No programa, os alunos têm quatro aulas importantes. A primeira em sala, dando a conhecer o significado, valor e diferentes tipos de patrimônio; a segunda, percorrendo a pé todo centro histórico, identificando os locais mais característicos e razões da classificação; a terceira, mostrando filmes do patrimônio que exploram a diversidade e a necessidade de sua preservação; e a quarta em que os alunos participam de uma atividade de expressão plástica estimulando a criatividade, a aprendizagem e reconhecimento de detalhes sobre o Porto.

O sucesso da região se deu graças ao grande investimento feito, junto a um projeto de intervenção e políticas de educação patrimonial. Aqui temos um exemplo de requalificação de espaços urbanos em região patrimonializada. Cabe perceber que o projeto proposto pelo escritório brasileiro é, ao mesmo tempo conceitualmente simples, mas absolutamente sofisticado, uma vez que não buscou interferir na vocação comercial da área ribeirinha, mas sim potencializou os usos e funções tradicionais levando à Ribeira a infraestrutura necessária do ponto de vista da contemporaneidade (acessibilidade, redes de informação, adequação espacial etc). Nas palavras, já citadas no site dos autores do projeto, a “inserção de um novo elemento que transforma o lugar, sem descaracterizar ou confundir-se com o patrimônio existente” (MORETTIN ARQUITETOS, 2007). Ou seja, trata-se da agregação de valores reconhecidos como de contemporaneidade e de novidade, nos termos de Alois Riegl, associados a usos e projetos sustentáveis, alavancando o desenvolvimento socioeconômico local.

Imagem 4 e Imagem 5: Ribeira e Interior da Ribeira



Fonte: Andrey Aspiazu (2016)

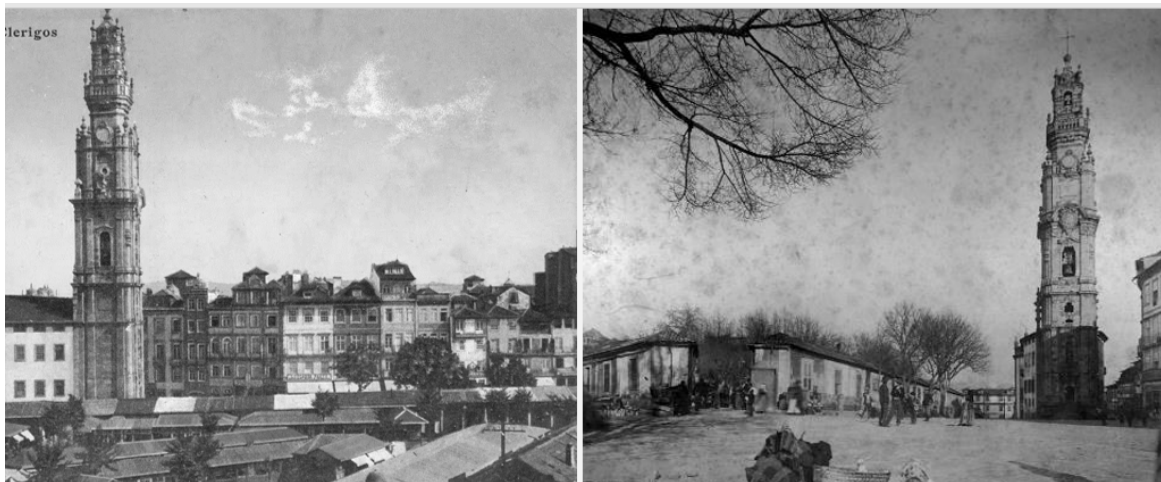
4.2. Praça Lisboa – Porto, Portugal.

Imagem 6: Vista da Praça Lisboa

Fonte: Google Earth (2018)

Andando pelo centro da cidade, entre o conjunto arquitetônico dos Clérigos, monumento muito visitado pela sua Igreja e Torre inaugurados no séculos XVIII (representado em amarelo, imagem 3, acima), a Universidade do Porto construída em 1911 (em azul, na imagem 3, acima) e a Livraria Lello construída em 1906 (em vermelho, na imagem 3, acima), encontra-se a Praça Lisboa, uma praça contemporânea que se destaca no meio de tantos edifícios antigos.

De 1939 a 1952, nessa área se localizava o Mercado do Anjo, mercado público a céu aberto de muito movimento que concentrava a população da cidade (imagens 7 e 8). O tempo foi passando e toda região do centro histórico entrou em decadência, exceto essa, pois havia a universidade que trazia movimento para a região. Porém, as pessoas pararam de utilizar o mercado público tendo em vista que já existiam melhores opções para o comércio. O antigo mercado, então, ficou abandonado trazendo perigo para a região.

Imagem 7 e Imagem 8: Fotos do Mercado dos Anjos.

Fonte: Google (2018)

Na década de 1990, após uma intervenção pouco qualificada, a área tornou-se uma praça aberta com

galerias periféricas e espaços comerciais conhecidos como o Shopping dos Clérigos. A praça aberta não teve muito sucesso e foi fechada permanentemente em 2006.

Em 2007, a cidade decidiu lançar um concurso público para cidadãos e arquitetos locais. A praça há muito tempo era considerada um espaço de transição fundamental para a cidade. Os arquitetos vencedores foram Balonas e Menano, escritório português. O projeto de intervenção vencedor consiste em uma estrutura com várias soluções topográficas e se estende em uma paisagem urbana com três camadas de programa. No subsolo foi construído um estacionamento público que supera a área de estacionamento já existente, submergindo-a e melhorando a circulação de pedestres e automóveis. No térreo, fica o chamado Passeio dos Clérigos, um espaço comercial com dez lojas que conecta a Livraria Lello à Torre dos Clérigos e uma rua superior que cruza a laje/cobertura que sustenta o jardim do terraço. No terraço encontra-se o Jardim das Oliveiras, área verde com mais de cinquenta oliveiras que recria o portão “Porta do Olival”, conhecido como porta para a cidade do Porto.

O Projeto, de linguagem absolutamente contemporânea (edificação em concreto armado aparente, estruturada a partir de diagonais que ligam os diferentes monumentos do entorno e coberta por terraço jardim, que configura a nova praça propriamente dita), demonstra estar em total harmonia com a cidade, e o seu programa de necessidades aponta para a melhoria de vida dos cidadãos. A região voltou a ser segura durante o dia e noite, pois tem movimentação em ambos os turnos. Passou a ser um polo comercial, e ainda local para estacionamentos. Todos utilizam a praça com frequência, seja de forma passageira ou para estar. É um ambiente autossustentável economicamente pois o valor gasto em estacionamento é revertido para a manutenção da área verde e limpeza. Do ponto de vista patrimonial, cabe mencionar que o entorno imediato da nova praça, que contem bens patrimonializados pela Unesco, por Portugal e pela cidade do Porto, recebeu uma nova estrutura de conexão, ou seja, a igreja, a universidade e a livraria ganharam um elemento de articulação entre si e que possibilita confortáveis pontos de observação. Assim, não é a linguagem contemporânea do novo edifício que apenas conta, mas principalmente a qualidade dos espaços oferecidos à população e aos turistas que recorrem à área dos Clérigos. Trata-se, indiscutivelmente, de novos valores agregados aos bens patrimonializados. Valores de novidade, como os novos caminhos executados, a galeria semienterrada, a praça elevada, as oliveiras no alto da edificação, o comércio voltado aos transeuntes, etc.

Imagem 9 e Imagem 10: Vista para a Torre dos Clérigos e Interior da Praça Lisboa.



Fonte: Andrey Aspiazu (2016)

1.2 Fundação de Serralves– Porto, Portugal

Imagem 11: Fundação Serralves.

Fonte: Google Earth (2018)

O terceiro estudo de caso escolhido fica afastado do centro histórico da cidade do Porto. Trata-se da Fundação Serralves, e surge a partir da necessidade da construção de um Museu de Arte Contemporânea na cidade. Para esse feito o Estado adquiriu, em 1986, a Quinta Serralves, sendo a casa e o parque abertos somente em 1987, como espaços públicos.

Em 1991, foi assinado o contrato com o arquiteto português Álvaro Siza para a construção do museu (representado em amarelo na imagem 6) que só ficaria pronto em 1999. A Fundação se constitui da casa principal (representada em azul na mesma imagem 6), do parque, do museu, da biblioteca e do auditório e é uma das principais instituições culturais portuguesas, sendo a principal do norte de Portugal.

A Casa de Serralves foi construída em 1968 pelo arquiteto francês Charles Sicilis e era residência de veraneio do Conde de Vizela, Carlos Alberto Cabral. A morada é o maior exemplo de arquitetura art déco no país e é um bem tombado pelo governo português. A obra de restauro foi igualmente acompanhada por Álvaro Siza e, por se tratar de uma casa muito grande, acabou se integrando ao museu, sendo um espaço para exposições.

O parque de Serralves foi projetado pelo arquiteto Jacques Gréber, e segue modelo clássico com canteiros em formas geométricas e plantas ornamentais. São 18 hectares preservados com o dinheiro conseguido pelo museu.

O caso de Serralves, transformou-se num exemplo de ação de sustentabilidade social, pois passou a ser um ponto de encontro por todos que procuram cultura e arte além de sustentabilidade econômica por ser autossustentável. A construção do museu de arte contemporânea trouxe uma nova vida para a Fundação pois, mesclando cultura, arte e paisagismo atraiu a comunidade para a utilização desses espaços muito ricos. Manter a casa e o parque sem uma boa gestão e um bom propósito seria muito caro e a união desses espaços ao museu tornou a Fundação autossuficiente economicamente e

cooperadora com o Estado na realização dos objetivos das políticas cultural, educativa e ambiental. A principal missão de Serralves tem sido despertar o conhecimento de públicos de diferentes idades e origens pela arquitetura, arte contemporânea e paisagismo trazendo temas críticos para serem debatidos nesse conjunto patrimonial.

Do ponto de vista dos valores, não cabe dúvida que a intervenção elaborada por Álvaro Siza agregou novos valores, o de novidade por agrupar importantes edificações históricas, além da construção do museu, o que valorizou a história dos prédios antigos, permitindo uma espécie de renascimento dos bens culturais protegidos – residência e parque. É necessário, no entanto, compreender que aos valores artísticos, arquitetônicos e paisagísticos existentes na propriedade de Serralves, e ao valor de contemporaneidade inquestionavelmente acrescido por Álvaro Siza, outros valores podem ser verificados, como o reposicionamento no artístico (por meio do restauro da antiga residência art déco e do edifício do novo museu).

Imagem 12 e Imagem 13: Museu de Arte Contemporânea e Casa Serralves



Fonte: Andrey Aspiazu (2016)

5. Conclusões

Com os três exemplos acima abordados, buscamos refletir sobre a importância e a necessidade de atuar no campo do Patrimônio Cultural de maneira mais aberta e comprometida.

Aberta, no sentido de buscar compreender que, na grande maioria das vezes, intervenções contemporâneas agregam novos valores aos bens patrimonializados. E que estes mesmos valores, nos dias atuais, podem garantir a real sustentabilidade e preservação dos bens culturais com status de patrimônio cultural. Os exemplos da praça dos Clérigos, da Ribeira do Porto e da Fundação Serralves, em comum, demonstram que há que se buscar e construir bons projetos. Que tais propostas, todas com autoria identificada, colocam em xeque a discussão dos conceitos de entorno ou ambiência dos bens protegidos, entendida como algo do passado. Nos três casos a ambiência é contemporânea (viva), é ela que dita a regra para a elaboração do projeto de intervenção. E o projeto de intervenção contemporâneo dialoga com os remanescentes do passado.

Intervenção comprometida, no sentido de assumir que uma intervenção contemporânea sempre terá que considerar, em primeiro lugar, o bem patrimonializado, é o que se revela na análise dos objetos de estudo elencados. É esse compromisso que deve permitir ao autor de qualquer novo projeto, estabelecer os parâmetros e os limites da própria intervenção.

Os exemplos portugueses estudados respondem claramente às indagações apresentadas quando da introdução do presente artigo. Segundo defendido por Norma Lacerda, “os valores são tão mais altos quanto maior for a satisfação que a sua realização produz nas pessoas” (LACERDA, 2012, p.53).

Sendo assim, a partir de valores históricos e artísticos claramente conferidos pela sociedade e institucionalmente reconhecidos, Portugal tem sabido promover ações de preservação e de salvaguarda capazes de potencializar outros valores, em geral associados entre si, como os de contemporaneidade, os de novidade e os econômicos e sustentáveis. Talvez, seja esta a lição que nós, brasileiros, podemos tomar dos casos portugueses. Enfrentar as pré-existências como possibilidades reais de “agregação” de novos valores. Superar o temor da intervenção, e propor soluções projetuais respeitadas capazes de, simultaneamente, preservar os bens patrimonializados e garantir-lhes uma atualização conceitual, funcional ou tecnológica.

5. Referências

- CHOAY, F. (2001). **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade.
- CHOAY, F. (2011). **O patrimônio em questão. Antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino traço.
- BALONAS & MENANO (2013). **Praça Lisboa** Disponível em: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>. Acesso em: 21/10/2018.
- GERMANO, SILVA (2009). **O Mercado do Anjo (A cidade do Porto)** Disponível em: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2009/10/o-mercado-do-anjo-cidade-do-porto.html> Acesso em: 21/10/2018.
- IPHAN. (5 de fevereiro de 2018). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Fonte: portal.iphan.gov.br/
- IPHAN. *Portaria nº 375, de 19 de agosto de 2018, Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências*. Brasília: 2018.
- MORETTIN ARQUITETOS, Andrade (2007). **Concurso Internacional de ideias para a revitalização da frente ribeirinha – Porto**. Disponível em: <http://www.andrademorettin.com.br/projetos/concurso-internacional-de-ideias-para-a-revitalizacao-da-frente-ribeirinha/>. Acesso em: 21/10/2018.
- PORTAL VITRUVIUS. **Concurso de Ideias para a Revitalização da Frente Ribeirinha do Porto na Zona de Intervenção Prioritária**. *Projetos*, São Paulo, ano 08, n. 089.02, Vitruvius, set. 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/08.089/2898>>.
- RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: UCG, 2006.
- SCHLEE, A. R. **É proibido agregar valor?** Brasília: IPHAN, 2017 (inédito).
- SCHLEE, A. R., MEDEIROS, A., & FERREIRA, O. (2009). **Intervenção patrimonial**. Em M. A. ROMERO, *Reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística*. Brasília: FAU UNB.
- UNIVERSIDADE DO PORTO (2000) **A Universidade do Porto** Disponível em: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base_gera_pagina?p_pagina=historia Acesso em: 21/10/2018.